

Processo civilizador, democracia e cidadania

César Barreira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BARREIRA, C. Processo civilizador, democracia e cidadania. In: COSTA, IF., and BALESTRERI, RB., orgs. *Segurança pública no Brasil: um campo de desafios* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, pp. 91-108. ISBN 978-85-232-1232-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PROCESSO CIVILIZADOR, DEMOCRACIA E CIDADANIA

César Barreira

Eu gostaria de agradecer o convite, pois tenho o prazer de poder participar desses cursos de especialização da SENASP, considerando-os como uma das grandes ocupações desses espaços democráticos. É interessante reletir sobre essa dificuldade que as universidades tinham em manter o contato com órgãos de segurança pública. Mas, eu digo também que os órgãos de segurança pública tinham certa dificuldade com a universidade, e eu acho que nós avançamos nesse diálogo. O que eu quero dizer, nesse sentido, reúne um pouco dessa aula inicial de vocês. É que a reflexão que eu vou trazer hoje para vocês sobre o papel civilizador, democracia, direitos humanos, cidadania, está muito colada a tal reflexão, à trajetória teórica que nós temos e à reflexão teórica sobre estes temas. Contudo, também essa reflexão teórica é muito embasada em toda essa pesquisa que eu tenho sobre violência, direitos humanos e segurança pública, e, nessa pesquisa, de certa forma, os grandes informantes meus são vocês. Eu aprendo é com vocês.

Os contatos com Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros, Agentes de Trânsito, pessoas que estão lá com a mão na massa e que de certa forma vão fazer essa aula prosseguir. E é interessante – para que vocês me conheçam um pouco – eu inicio muito essa minha trajetória com uma preocupação que surgiu de pesquisas que realizei sobre problemas agrários, com os movimentos sociais camponeses. Ao final da década de setenta, no início dos anos oitenta, começou a existir uma violência muito forte no campo, com o assassinato de alguns líderes camponeses. Teve o assassinato de Chico Mendes, um líder do Acre, o assassinato de Margarida Alves, na Paraíba, o Padre Josinho, no Maranhão... então, eu fiquei me preocupando um pouco com essa violência, uma violência muito física, que era a eliminação dessas pessoas de um sistema que, de certa forma, a gente achava que estava um pouco fora da moda, que não tinha espaço nessa conjuntura democrática na qual

vivíamos. Começava a surgir, muito colado aos crimes por encomenda, a pistolagem que, inclusive, foi o tema de minha tese para professor titular de sociologia da Universidade Federal do Ceará, na qual discuti os crimes por encomenda e a pistolagem no Brasil. A partir de então, surge uma CPI ligada a pistolagem que apresentou resultados preocupantes porque tinha uma certa participação, em alguns estados brasileiros, de pessoas ligadas aos órgãos de segurança pública. Então, a minha reflexão foi nesse sentido de vir tentar dar uma contribuição para o momento pelo qual passava a segurança pública, voltando para questões específicas do estado do Ceará. O estado do Ceará tem uns aspectos interessantes que vocês, de certa maneira, devem acompanhar. Consiste num estado que, a partir de alguns anos, começou a ter uma marca muito forte de modernização, mas ao mesmo tempo, traz um forte componente dessas questões de legado muito rural. A cultura de parte dos grandes proprietários de terra deixa um traço um tanto quanto arcaico na segurança pública moderna, imprimindo grandes entraves.

Então, a minha reflexão é muito unida a estas questões. “Não, ele é um professor de gabinete”. Eu não sou um professor de gabinete, eu vou lá e pesquiso, converso. Aqui na Bahia, eu cheguei até a fazer uma entrevista sobre essa discussão, sobre crimes por encomenda. Eu entrevistei alguns presos que estavam detidos na prisão daqui do estado da Bahia. Acho que um momento igualmente interessante para realizar essa nossa reflexão sobre o processo civilizador, democracia e cidadania é esse em que nós vivemos, o momento eleitoral. É um momento muito forte porque é quando os antropólogos colocam como sendo o da política. Um momento em que você pensa vinte quatro horas sobre política, porque você tem toda a discussão, o ritual, não só sobre a luta por ocupação de espaços no poder, mas quando você tem essas discussões sobre esse apelo social, e é muito forte, sobre segurança. E o apelo social sobre segurança, a diminuição da violência, de certa forma, nos preocupa, uma vez que todas as questões quando são resolvidas nesse calor da hora e fortemente coladas a esse apelo social, produzem soluções mirabolantes. Soluções estas que podem descambar para um lado autoritário. São medidas autoritárias, geralmente, em que a gente sempre está pedindo mais punição, mais prisão, estamos pedindo mais policiais na rua. Então, é muito rica essa discussão, esse curso que se

inicia nesse momento. Isso tudo também interfere nesta oficina porque, de certa forma, nós vamos trabalhar muito sobre isso, pois faz referência a esse momento do tempo da política. É aqui que surge a necessidade de se trabalhar essas palavras mágicas da política de segurança pública – ordem e lei – e o sentido que essa ordem e lei entram nesse momento do tempo da política que coincide com a experimentação de situações muito inquietantes.

Nós temos, em pleno século XXI, problemas no campo da cidadania, direitos humanos, aumento da violência e criminalidade. Deparamo-nos com fortes violações dos direitos humanos, com o desrespeito à cidadania, o aumento da violência e da criminalidade, gerando um clima de insegurança e intranquilidade, e esse clima nos traz um problema muito forte que é a formação de uma cultura do medo. Essa cultura do medo é muito importante para nós, inclusive eu sou sociólogo, nós cientistas sociais, porque temos que colocar muitas aspas quando se usa essa palavra “cultura do medo”, porque a “cultura do medo” é gerida fundamentalmente nesses momentos de insegurança e intranquilidade. E hoje nós podemos até definir o que é essa “cultura do medo”. E isso, inclusive, porque fala de cultura do medo, você pega um cientista social falando em cultura do medo, pode colocar algumas interrogações. Mas é interessante que essa cultura do medo traz, em contrapartida, o aumento das barreiras sociais, o aumento dos estereótipos e os preconceitos, e nessa situação da cultura do medo, onde nós temos a construção, o fosso são as barreiras sociais. Então, nós temos sempre o outro como nosso inimigo, o outro passa a nos preocupar. Ao invés do outro, o vizinho, ser uma pessoa que a gente discute e troca ideias, ele passa, de certa forma, a nos trazer medo. Então, nesse bojo da cultura do medo, entra isso que eu já tinha colocado um pouco, que é a necessidade de mais punição, fundamentalmente, de uma lógica que é trabalhada, a lógica da tolerância zero.

Eu acho que deveríamos trabalhar um outro plano de tolerância, nós falamos dessa palavra mágica, que é a discussão da “tolerância zero”. Nós trabalhamos não só com essa tolerância zero, mas também com a diminuição da maioria e com a questão do aumento da segregação social. Assim, eu gostaria muito, nessa minha fala, que a gente tentasse refletir sobre outra lógica. Eu gostaria muito de poder trabalhar não só em

outra lógica, mas trabalhar um pouco na contramão dessa tolerância zero e do aumento da segregação social. Eu gostaria de trabalhar, na minha fala, com mais tolerância e respeito às diferenças sociais. Nesse sentido de mais tolerância e respeito, a gente poderia, de certa forma, trazer uma reflexão que é, para mim, baseada em três autores que eu vou tentar trabalhar um pouco mais nessa relação de Estado e violência, ou poder e violência. E aí, nós temos muito esse dado, que é um praticamente naturalizado, uma máxima que a gente poderia dizer: “a questão do monopólio legítimo da violência física por parte do Estado”. E essa frase mágica, que sei, todos vocês já ouviram, essa palavra não vêm do nada. Ela surge, fundamentalmente, dessa necessidade que nós temos de ter uma concentração de armas e homens armados sob uma autoridade, que é mais ou menos o traço que o Nbert Elias vai definir como o processo civilizador, que a gente vai tentar trabalhar um pouco mais.

Contudo, antes do Nbert Elias, eu gostaria de trazer para reflexão de vocês um sociólogo alemão famoso, o Max Weber. Ele define sociologicamente o Estado moderno, como também a toda associação política, por um meio específico que lhe é próprio, que seria o lugar da coerção física. Isso, para Max Weber, não é um meio normal ou único do Estado, mas é o seu meio específico. E aí ele vai dizer que o Estado Moderno é uma associação de dominação institucional que, dentro de determinado território, pretendeu, com êxito, monopolizar a coerção física legítima como um meio de dominação. Nesse sentido, Max Weber traz para nossa reflexão essa frase que eu já havia dito, mas eu repito, que é uma máxima: “o monopólio legítimo da violência física por parte do Estado”.

Um outro autor, muito afim ao Max Weber, é outro sociólogo, o Wright Mills. O Wright Mills faz coro à discussão de Max Weber dizendo que “toda política é uma luta pelo poder, e a forma básica do poder é a violência”. E aí tem um autor que eu gostaria de trazer para vocês que é o Nbert Elias. O Nbert Elias é um sociólogo, também alemão, e se torna muito conhecido no domínio das ciências humanas por essa frase, que é sobre o processo civilizador. E no processo civilizador ele trabalha nessa palavra, “o processo”, que é uma questão que está em construção. Você vê, basicamente, dois aspectos. O primeiro é isso que eu já fiz referência, que é o monopólio dos homens armados e das armas

sob uma autoridade, e o outro é um lugar onde ele vai trabalhar que as pessoas deveriam ter um autocontrole. Ele fala muito no processo civilizador, dessa discussão sobre as áreas pacificadas. Então é como se a gente tivesse uma sociedade na qual, por um lado, existem os homens e as armas concentradas em uma mão, sob as ordens da autoridade, e por outro lado, essas áreas pacíficas. E nessas áreas definidas você teria lugares onde pudesse extravasar sua agressividade, sua violência, seu mau humor, e você, por outro lado, teria esse autocontrole.

É muito interessante essa análise do Nobeit Elias porque traz à tona essa discussão muito recente que tivemos aqui no Brasil, aquele referendo sobre o desarmamento. Vou dizer logo para vocês, não quero deixar nenhuma dúvida, eu fui voto vencido, perdi, briguei muito, até entendi um pouco, e hoje ficou muito mais claro porque que ocorreu essa minha derrota. Mas, eu acho que aquele momento era um momento muito rico para a gente discutir esse processo civilizador do Nobeit Elias. Naquele momento, para mim, as pessoas que de certa forma defendiam o referendo sobre o desarmamento, era o lugar onde você tinha o Estado, que deveria ser responsável pela segurança pública do cidadão. E é muito interessante que a gente possa refletir que esse momento, de certa forma, representou que o cidadão não se sentia seguro sob o Estado. É como se ele não pudesse transferir para o Estado esse direito nosso, da nossa segurança. Eu sou um desses que almoça, janta, dorme, pesquisa. Eu aproveito as oportunidades para estar entrevistando alguém. Eu entrevistando alguém que estava tomando conta do meu carro: “o senhor é a favor do desarmamento porque não mora em favela, se o senhor morasse em favela... a polícia tem que saber que existe pelo menos a possibilidade de eu estar armado, então a polícia já entra com mais cuidado nas nossas casas”.

Então, é muito interessante essa desigualdade de perspectivas, essa segregação social que ocorre. Eu acho que essas ideias do Max Weber, do Wright Mills e do Nobeit Elias são muito interessantes para que a gente possa ter a oportunidade de discutir, em todo esse curso de especialização, esses lugares que vão ocupar a discussão de leis, ordem e democracia, e processo civilizador. Por outro lado, em contraponto a esses três pesquisadores, surge uma filósofa, a Hannah Arendt. Uma filósofa alemã que traz uma discussão muito interessante para nós.

Ela discorda, fundamentalmente, de equacionar o poder político com a organização dos meios de violência. E a Hannah Arendt se coloca muito tentando trabalhar essas grandes categorias. Eu não sei se vocês ouviram ou trabalharam essa discussão sobre a Hannah Arendt, mas ela trabalha muito com discussões sobre várias categorias, poder, violência, autoridade. E é interessante porque nessas discussões sobre poder, violência e autoridade, ela primeiro discorda dessa relação que o Weber faz sobre uma certa continuidade entre poder e violência. A Hannah Arendt acha que não, ela acha que quando você está usando da violência, em vez de estar demonstrando força, você está demonstrando fragilidade. Ela diz que o uso da violência são os momentos de fissuras do poder, ao invés de serem momentos de fortalecimento de poder.

Tem alguns autores que discutem o lugar que a violência pode ocupar. E isso é muito complexo discutir aqui, mas que eu acho que vocês vão ter, ao longo do curso, a oportunidade de aprofundar sobre esse lugar. O filósofo francês Michel Foucault, ao tratar desse lugar, fala da positividade da violência. Eu acho que para todos nós é estranhíssimo trabalhar com essa palavra, “positividade” da violência, mas, o Michel Foucault trabalha com essa discussão sobre positividade, colocando em cena o que se pode construir. Então, não necessariamente a violência destrói, mas a violência pode construir também, a violência pode trazer o novo, e é muito difícil a gente imaginar que a violência pode construir alguma coisa. Para Michel Foucault existe essa positividade, principalmente quando a gente trabalha com a construção de laços sociais, se a gente puder trabalhar em um plano de comunidades menores onde, de certa forma, atos violentos às vezes fazem com que essa violência construa novos laços sociais.

Contudo, tem outros autores que trabalham com a palavra “positiva” que ainda é mais complicado: a “violência positiva”. E eu estou me lembrando, novamente, de outro autor francês que é o Michel Maffesoli. Ele trabalha com uma situação interessante, diz que a violência, de certa forma, aparece como um escudo. Na medida em que existe aumento da violência, então a violência poderia ser um escudo dessa violência. Ele trabalha muito essa palavra como se fosse uma assepsia do social. Então, você faz isso usando da violência.

E outro autor, eu acho que vocês vão ter condição também de discutir no curso, trata também de uma violência produtiva, que é uma

violência que perpassa também a teoria marxista. Interessante a violência produtiva, que é muito a teoria do Marx, do Lênin, do Engels. Tem aquelas frases famosas também, “a violência é a parteira da história”. Vocês já ouviram isso? A violência é a parteira da história. Então, é como se você tivesse um novo surgindo, e é por isso que ele usa essa metáfora do Marx. O Marx usa essa metáfora de que a violência seria a parteira da história. E aí, então, voltando para a discussão da Hannah Arendt. Ela discorda muito dessa discussão. Ela diz que a violência só poderia ser positiva se ela fosse uma coisa muito efêmera, se ela fosse uma coisa muito passageira. Ela ainda aponta dois lados que a gente poderia ainda observar sobre violência positiva. Um seria esse lado da violência efêmera, ou seja, passageira, e dá o exemplo dos movimentos estudantis. Muitos não presenciaram os movimentos estudantis de 68, ocorridos no mundo inteiro, principalmente na Europa e aqui. Ela acha que um dos exemplos seria esse movimento estudantil, mas, mesmo assim, ela se apresenta muito preocupada, pois pode ser que descaube também, repetindo essa palavra, para o lado da violência descontrolada. E outra saída que a Hannah Arendt coloca sobre a possibilidade de você discutir um pouco a positividade da violência é quando você tem por detrás da violência um Estado forte. Mas aí ela, logo em seguida, arremata com uma frase que diz que se você tem um Estado forte, não teria uma democracia, mas você teria um totalitarismo.

Então, nesse sentido a Hannah Arendt trabalha muito na contramão do Weber, Wright Mills e Nibert Elias. E o interessante é que ela vai definir a violência como ausência do diálogo, a ausência da fala. E nesse sentido, eu acho que dá para a gente discutir aqui. Quando você não tem mais a possibilidade de usar a palavra, você tem a ausência do diálogo, e é aí que você usa a violência. Isso, nós professores e pais sabemos que temos que usar da nossa autoridade, às vezes. É certo limite das nossas tolerâncias, é uma falta de um diálogo. Outro dado de interesse para vocês que são gestores, atores também de políticas de segurança pública, é o trazido por Hannah Arendt: que também é bom a gente trabalhar, que o limite entre a violência e autoridade é bastante tênue. Eu acho que, nesse sentido é interessante para entender o uso da força na aplicação da lei, da ordem. E tenho tido esses diálogos com vários policiais, sobre a necessidade que a gente tem da aplicação da lei e da ordem dentro

dos princípios do Estado Democrático de Direito. Do mesmo jeito que nós professores, ou nós pais, de certa forma estamos, em alguns momentos, atravessando um pouco o samba, como se diz, eu acho também que nesse momento da aplicação da lei e da ordem, de vez em quando, estamos também atravessando o samba e aplicando, de certa forma, a violência sem estar dentro dos princípios democráticos de direito. E aí entra essa relação que eu estou sempre tentado fazer aqui com vocês, que é a relação entre violência e cidadania, ou entre violência e direitos humanos, ou entre democracia e ordem, ou mesmo, quem poderia falar, entre democracia e segurança pública.

Diante disso, eu trago para vocês uma frase do autor Norberto Bobbio, um historiador italiano, que faz uma distinção muito interessante entre o Estado de Direito e o Estado Despótico. Ele diz uma frase assim “a violência não só pode ser justa, não só deve ser exercida por quem tem o poder legítimo, mas deve ser investida só em casos extremos, quando não é possível atingir o objetivo desejado com outros meios”. Esse é o princípio básico, certamente, no âmbito do direito estatal, ainda que não seja sempre observado tal princípio que permite, entre outras coisas, distinguir Estado de Direito do Estado Despótico. Então, é interessante porque trazemos essa reflexão no tempo da política. Momento no qual vamos estar muito próximos da discussão sobre Estado e é, então, interessante porque novamente, nos baseando um pouco numa discussão sobre democracia que o Norberto Bobbio traz, ele diz que o método democrático é a mais ousada tentativa, até agora realizada, de substituir de vez os meios não violentos, os tradicionais meios violentos nas disputas dos diversos grupos pela posse do supremo poder. Interessante que essa discussão porque o método democrático substitui o método violento pelo não violento.

Tem outros autores, e eu gosto especialmente de um deles, o Pierre Bourdieu. Sociólogo francês, falecido recentemente, um dos grandes pensadores que nós tínhamos. O Bourdieu discute muito como é que o método democrático nega toda essa discussão sobre uma violência, que é colocada nos momentos eleitorais, e coloca muito fortemente a discussão do diálogo. Mas, ele traz uma discussão muito boa para a gente poder, dar conta, que é essa sobre um modelo simbólico e a própria violência simbólica. Uma violência introjetada. Não explicita enquanto violência física, mas é uma violência fortemente definida pelo poder de classificar o outro.

E eu acho muito interessante essa discussão do Boudieu porque ele também traz à tona o fato de estarmos sempre classificando o outro, a gente está sempre classificando o outro como incompetente, como grosseiro, como malandro, como bandido, independente de a gente dar a oportunidade para que essas pessoas sejam julgadas. E aí, então, novamente, a gente queria trabalhar com essas discussões sobre insegurança e intranquilidade, que seria a ineficiência de uma política de segurança pública nacional, entrando em discussões que as soluções totalitárias ferem exatamente o estado democrático de direito. Então, encontramos nesse segundo plano, nas nossas reflexões mais teóricas, o estado democrático de direito. Poderíamos dizer que é o Estado submetido ao direito, ou que é o Estado submetido aos princípios democráticos, aos princípios da legalidade, ou aos princípios da democracia. De certa forma, o Estado Democrático de Direito poderia ser definido a partir desses princípios. Então, nesse sentido, nós teríamos uma atuação conforme a lei ou de acordo com o direito, e teríamos, como contrapartida de tudo isso, que a autoridade pública deve agir em consonância com o direito, encontrando com o direito. Assim, entramos em um princípio capital que descreve que o verdadeiro direito do cidadão seria o direito de ser respeitado pelo poder público e pela administração. Em última instância, quando falamos em Estado Democrático de Direito damos um exemplo dessa pauta, dessa gestão do Estado de muito tempo, dessa legalidade, da lei e da ordem.

Então é interessante, porque de certa forma, eu acho que existe uma grande incompreensão por parte da sociedade, mas também, eu acho, por parte de uma incompetência nossa, que seria a questão dos defensores dos direitos humanos aparecerem para a nossa sociedade como defensores de bandidos, defendendo a impunidade. Isso é uma máxima, e sobre isso, inclusive, eu já participei e organizei encontros na Universidade Federal do Ceará. Foi interessante porque nesse encontro eu fiz várias oficinas, uma com policiais, outra com representantes de grupos de direitos humanos, outra com pessoas vinculadas a associações comunitárias que trabalham na defesa da segurança pública. Associações comunitárias, muito vinculadas às associações de bairros e favelas que, de certa forma, trabalham muito unidas à política. Então, nesse encontro, que iniciava às oito horas da manhã e durava até as dezoito horas, eu

estava empenhado em interferir pouco na resposta do entrevistado. Eu me segurei até as dezoito horas. Alguns contra os direitos humanos falaram dos possíveis candidatos a deputado: “ah, fulano de tal só defende bandido, é por isso que registramos o crescimento da criminalidade do Brasil, são essas entidades de direitos humanos”. Às dezoito horas, encerrei dizendo assim: “agora vocês vão me ouvir, eu acho que não é nada disso que vocês trabalham. Eu acho que, no máximo, a gente poderia ter se colocado como incompetente porque não conseguimos, realmente, trabalhar fortemente ou claramente, fazer com a sociedade uma discussão sobre direitos humanos, cidadania e democracia”.

Eu acho um dado muito difícil. Inclusive aqui, vão ter um ano para aprofundar um pouco essas categorias, mas que, de certa forma, devemos trabalhar muito fortemente com uma situação de que todo momento de intranquilidade, insegurança, vai gerando essa leitura da impunidade. Então, na impunidade a gente pode até discutir um pouco mais, não nesse plano de colocar essa culpa tão grande nos representantes, defensores dos direitos humanos, como defendendo bandido e impunidade. Eu digo sempre que a gente tem que deixar bem clara essa discussão da punição de acordo com a lei. E essa punição de acordo com a lei, é um dado que define claramente o Estado Democrático de Direito. Então, isso é interessante porque a preocupação com os direitos humanos começa com o estabelecimento da ordem burguesa associada com a ideia de liberdade e de igualdade. E aí vamos encontrar os Estados Unidos, primeiro país a formular uma declaração dos direitos dos homens em 1776. Vamos gravar essa data. E é, entretanto, a declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789, logo em seguida, que obteve maior expressão, devido à repercussão da Revolução Francesa. A gente, de certa forma, é um pouco filho da Revolução Francesa quando se discute os direitos humanos. Nós vamos ter novamente a Hannah Arendt questionando um pouco esse lugar da Revolução Francesa nessa discussão de explicar, ou ser defensora dos direitos humanos. E ela coloca muito mais um peso na Revolução Norte-Americana, ou na Revolução Americana. É interessante porque a Hannah Arendt nos traz um dado muito bom porque ela diz que a Revolução Francesa, como foi fortemente marcada por aqueles anos de trevas – não sei se vocês já assistiram “Anos de luz e anos das trevas” – momento das grandes descobertas dos direitos

humanos, da liberdade, da igualdade e o outro momento era o momento de toda aquela violência. Ela acha que esse momento de violência negou, de certa maneira, praticamente o avanço que poderia ter nos direitos humanos. E é interessante porque tivemos isso em 1776 e 1788 e vai marcar muito fortemente os direitos do homem e do cidadão. Passado mais de um século, vem a onda nazi-fascista que invadiu a Europa e mostrou a fragilidade dos dispositivos constitucionais relativos à proteção da pessoa. Essa fragilidade só foi apresentada depois de mais de um século. Surgindo daí um grande debate no século passado, que vai ser comandado pela ONU. Na Assembleia Geral da ONU, em 1948, é feita a declaração universal dos direitos humanos. E aí, nesse sentido, o dado novo, ou um dos dados novos dessa Declaração Universal dos Direitos Humanos é o embasamento jurídico-institucional. A partir disso, surgiram algumas críticas, mas a grande crítica que é feita à Declaração Universal dos Direitos do Homem é na disputa entre a soberania estatal e a proteção internacional dos direitos humanos. Infelizmente, tem prevalecido o poder do estado. E é interessante que, no bojo dessa discussão se situam grandes correntes, ou dois grandes aspectos, que seria justamente a discussão da soberania dos estados e a autodeterminação dos povos. Novamente, para ficar clara essa ideia da soberania dos Estados e a autodeterminação dos povos, um caso bem visível temos recentemente, a discussão sobre a Bolívia, relacionada a essa tentativa de o governo federal se valer muito dessa questão da soberania dos povos. É interessante que também nesse momento da discussão da soberania dos estados e da autodeterminação dos povos, novamente surge o Norberto Bobbio. Ele vai fazer uma excelente discussão sobre a consciência atômica, fundamentalmente, sobre o progresso técnico que levaria a um forte instrumento da morte, uma grande preocupação do Norberto Bobbio com essa ampliação constante da possibilidade da guerra atômica. Voltamos para nossa discussão de que os direitos humanos deixam de ser vistos pela ótica liberal, ganhando peso as condições sociais, políticas e econômicas dos países. Hoje eu estava olhando uma propaganda de uma palestra da Marilena Chaui, filósofa brasileira, na qual ela discute uma situação muito rica: o lugar do conflito na democracia. Esse lugar do conflito social não como uma coisa negativa, mas como uma coisa positiva. E nós temos até outro sociólogo, que é o George Simmel, alemão também. Ele fala

muito que o conflito é fundante das relações sociais. Nós não podemos ter uma sociedade sem conflitos, nós temos é que ter controle sobre o conflito, não podemos deixar que esses conflitos se exacerbem e virem, se tornem, ou gerem a violência.

Assim é o lugar do conflito na democracia. A Marilena Chaui diz assim, “a democracia é mais que o respeitar às leis estabelecidas, o conflito. A democracia é a sociedade aberta ao tempo, ao possível e ao novo. Não está fixada numa forma para sempre determinada”. Marilena Chaui diz que podemos afirmar que a democracia é a única forma da política que considera o conflito legítimo. Para afirmar a superioridade da democracia sob qualquer outro regime, contrapondo-se à posição liberal da experiência democrática. Para os liberais, a democracia é o regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais, o que resultaria na tentativa de conter os conflitos sociais. Mas, somente a democracia permite aos indivíduos a afirmação das suas virtudes sem medo. Então, é muito interessante essa questão da virtude sem medo, porque numa pesquisa que eu fiz com crianças e adolescentes lá no Ceará, um adolescente me disse uma frase muito forte, muito importante sociologicamente, ele disse que “viver com medo é viver pela metade”. Essa discussão da Marilena Chaui traz esse lugar da esperança, essa negação do medo.

A partir da década de 70, vai surgir um amplo debate que busca estabelecer o equilíbrio entre a questão democrática e os direitos humanos. No sentido da busca desse equilíbrio, o debate sobre a construção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, existem duas frentes. A primeira frente é na Europa comandada por um filósofo francês, o Claude Leffort que, de certa forma, traz uma crítica sobre o socialismo real e basicamente sobre aquelas crises dos governos dos países do leste, a discussão sobre a República Tcheca, a Albânia e Iugoslávia. E a outra frente, pouco mais próxima a nós, é uma frente que foi feita aqui na América Latina e teve várias participações. Eu poderia apontar duas: as Mães das Praças de Maio, na Argentina, e também o movimento pela anistia aqui no Brasil. Eu acho que esses dois movimentos foram importantes para a gente rever, um pouco, o lugar do Estado autoritário. Por exemplo, na Europa, o Claude Leffort criticou muito a Europa no Leste, e aqui na América Latina nós tínhamos, no Brasil, na Argentina, no Chile e

no Uruguai também – mas basicamente esses três países, Brasil, Chile e Argentina – uma forte violação dos direitos humanos. E foi nesse sentido que atuaram os movimentos da Anistia e das Mães da Praça de Maio. É interessante que nesses dois planos, não só na Europa como na América Latina, existe a figura da proteção da pessoa, em última instância, a proteção pela vida. E aí então, nessa proteção pela vida surge as garantias da pessoa em relação ao poder político. Mas, existem algumas diferenças. Na Europa, ocorre uma proteção contra o abuso do poder. Na América Latina vamos ter não só um abuso pelo poder, mas também a discussão sobre a modernização da nossa sociedade. Importante essa necessidade que a gente tem na América Latina, não só de ser contra o abuso do poder, mas de pleitear mais modernização na sociedade. De certa forma, nós vamos ter muito uma relação com essa política de segurança pública mais moderna, mais racional, na qual teríamos mais moralidade.

Podemos, em seguida, para finalizar, discutir um pouco o conceito de cidadania, o qual pode ser aprendido em dois sentidos, o individual e o coletivo. No sentido individual, a cidadania está referida ao conjunto de direitos que habilita o indivíduo a participar de forma plena da vida pública. E no sentido coletivo, reflete os graus de tolerância com as desigualdades, expressando o reconhecimento dos limites, além dos quais as diferenças entre os indivíduos não possam ser justificadas. É muito interessante a gente reter um pouco isso: não vamos tirar todos os conceitos hoje. Mas, eu acho que é um bom mote para deixar no curso de vocês, a discussão do sentido individual e coletivo da cidadania, pois temos muito fortemente a ideia de que a liberdade do outro vai até onde você está ultrapassando os limites da tolerância da igualdade. Então, surge um terceiro conceito: os direitos coletivos constituídos legalmente, que cuidam da defesa de grupos específicos ou de direito até da coletividade como um todo. Então, esses direitos coletivos deveriam ser constituídos legalmente e deveriam cuidar da defesa de grupos específicos e do direito da sociedade com um todo. Nesse plano dos direitos coletivos, temos uma discussão que é muito atual, a defesa da proteção das pessoas em situação de risco. Eu uso esse termo “pessoas em situação de risco” porque eu acho que é politicamente um pouco mais correto do que falar hoje em minoria, porque a gente está falando de negros, de mulheres, de crianças, de adolescentes, de presos. Nesse sentido, os direitos coletivos que, de

certa forma, dariam conta da proteção dessas categorias, dos negros, dos índios, das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos presos e tudo mais. Dai, surge outra discussão pela voz de Norberto Bobbio. Ele diz que nessas situações de não pacificação, contrário às categorias do Norbert Elias, existiriam três formas de possíveis pacifismos. A primeira forma é um pacifismo instrumental, basicamente definido pela política de desarmamento. O segundo, uma forma institucional que, basicamente, a gente poderia definir como a paz através do direito, ou paz através da revolução social. E a terceira, seria uma forma pacifista finalista. Ele coloca muito a guerra como consequência de uma doença que deve ser curada. E aí então, no caso, a gente vai ter muito forte a guerra como uma consequência de necessidade de uma doença a ser curada, uma discussão muito forte que até hoje nós temos, essa questão étnico-religiosa.

Penso que seja interessante apontar algumas discussões para a situação brasileira. Nós vivemos ainda em uma situação de transição democrática, a outra é essa discussão que nós temos muito presente que é a constituição de 1988. A constituição de 1988 é classificada como uma constituição cidadã. E é então, nesse sentido de uma reflexão do Estado brasileiro, a gente poderia fazer toda essas discussões sobre violações dos direitos humanos, mas é interessante que a gente possa reter como uma discussão desse momento brasileiro, para então, novamente, discutir esse tempo da política, que eu acho que a gente teria como um dado de positividade. Uma grande campanha de mobilização por uma nova cultura física. Eu acho que teremos essa discussão sobre uma nova cultura física no Brasil, passando pela discussão que eu fiz logo no início, de mais tolerância para a gente reverter um pouco, dentro do possível, essa cultura do medo, em uma luta por uma política de segurança pública pautada nos princípios de Estado Democrático de Direito.

Eu acho que a gente não pode mais pensar em somente agir contra essa violência quando essa violência nos incomoda. E nós temos alguns dados históricos sobre o Brasil, sobre a discussão da criança e do adolescente. Nós apenas começamos a nos importar com eles na medida em que estavam nos incomodando. Quando eles dormiam na rua, e eu, inclusive, já fiz pesquisas com eles sobre isso, brincavam com suas madames, termos próprios: “não, eu adoro brincar com as madames.

Elas passam e pensam que vou roubar, não vou não, naquela hora. Eu nem ia roubar não, mas ela correu tanto que me deu vontade de roubar”. Isso deve dar uma discussão muito forte. A gente precisa criar essa discussão porque somos tão intolerantes com a desigualdade? Por que não trabalhamos, no Brasil, enfrentando fortemente toda essa discussão sobre a violência para entrar um pouco na realidade?

Eu discuto e pesquiso muito sobre violência na sociedade brasileira. Gosto muito de dizer que o Roberto DaMatta foi muito feliz naquela escolha dele, quando ele fala “você sabe com quem está falando?”. Eu acho que a psicanálise ajudaria muito o Roberto DaMatta, apontando aquela frase. Você faz uma hierarquia, mas você transfere para o outro o lugar de ser classificado enquanto superior. Então, eu acho que essa discussão a gente vai ter que fazer: “Porque é que fulano de tal tem que me achar superior?”.

Discutir isso é uma saída. Ampliar esse movimento de tolerância, aumentar a tolerância e entrar no tema do medo. Que medo é esse? Eu faço conferências em colégios particulares e é muito interessante os diretores dos colégios me chamarem. Eu acho que eles não me chamam mais porque eu discordo radicalmente das classificações que eles fazem sobre violência. Por exemplo, um diretor de um grande colégio estava me pagando muito bem, mas não me chamou mais porque eu disse: “olhe, o que o senhor trata como violência não pode ser discutido como violência”. A gente tem que discutir porque são jeitos de entrar nessa cultura juvenil e depois passar uma ideia sobre o que não é violência.

Como a gente poderia trabalhar essas áreas de pacificação? Nós só podemos trabalhar nessas áreas de pacificação se discutimos uma situação de controle em que as coisas são controláveis. Eu tive uma discussão na semana passada com vários policiais, principalmente pessoas que são agentes penitenciários, e eles pegam uma saída que eu acho muito interessante: “o Brasil só deveria financiar, a partir de hoje, pequenos presídios, e os grandes presídios, a metade dos presídios, deveriam ser transformados em escolas no interior das prisões. Todas as prisões deveriam ter uma escola no interior delas”.

Outra discussão interessante é respeitar ou trabalhar na contramão desses processos de mundialização, desses processos de globalização, e discutir as situações específicas. Uma vez eu participei de um congresso

no estado do Rio de Janeiro onde, em uma mesa, estava se discutindo direitos humanos. Todas as pessoas falaram ou fizeram referência à violação dos direitos humanos na África e a última pessoa a falar foi uma socióloga de Moçambique. Ela disse que concordava com tudo o que tinham dito, mas ela disse que não entende como as pessoas, literalmente, no Rio de Janeiro, para entrarem na Universidade precisam passar por cima de uma família que está dormindo. Você tem que atravessar, você passa, literalmente, por cima de uma família. Ela disse que isso era violação dos direitos humanos, está entendendo? Eu acho que a gente só vai interferir, a gente só vai ter um controle da tolerância, da pacificação, do respeito às diferenças, se a gente puder trabalhar um pouco com essas discussões.

A violência, nesse sentido, é construída social e culturalmente. Nós não podemos dizer, e eu acho que tem professor aqui que vai bater nessa tecla para todos vocês, nós não temos um lugar específico do que seria a violência. A violência é construída social e culturalmente. Nós temos muitos exemplos, os rituais de passagem indígenas, “olhe, aquilo é ato violento”, “para a gente não é, é um ritual de passagem”. A escolha de vítima sacrificial, nós temos novamente um dado onde você não vai trabalhar muito fortemente com essa situação. E outro é você ver como socialmente ela é construída. Outro exemplo é a discussão hoje sobre violência contra a mulher. Anteriormente, as coisas eram muito naturalizadas, “a mulher apanha, mulher gosta de apanhar”. Hoje as coisas não são mais colocadas desse jeito. Eu tenho alunos e alunas que estão trabalhando nas delegacias das mulheres e não é possível ter isso mais como uma coisa dada.

Outro exemplo, é como a própria sociedade requer que a polícia seja truculenta. É claro que, também, temos injustiça, temos a polícia que nós queremos. A sociedade é quem define a polícia que quer, então por isso há situações em que você vai ver que a própria sociedade está requerendo uma polícia mais violenta. Mesmo que a polícia queira trabalhar no Estado Democrático de Direito, às vezes dela é exigida uma mudança. Eu já presenciei cenas quando estava uma vez na delegacia pesquisando. Uma cena onde entra uma senhora com um senhor literalmente alcoolizado, e ela disse, “olhe, eu quero que o senhor o prenda, eu quero que o senhor abra um boletim de ocorrência”. E o delegado disse muito calmamente:

“não minha senhora, pode ir embora que eu dou um jeito”. Ela disse: “de jeito nenhum, eu só saio daqui quando o senhor me der um boletim de ocorrência. Eu só saio daqui quando ele estiver atrás das grades”. E ele fez isso e me disse que essa é uma situação corriqueira lá na delegacia.

É como se a gente pudesse trabalhar, no primeiro plano, também na construção dessa discussão da violência, uma das grandes contribuições que os cientistas sociais deram para o esclarecimento da violência e dos conflitos sociais, não pode fazer a relação entre pobreza e violência. A gente pode fazer uma relação entre desigualdade social e violência, mas nós não podemos fazer entre pobreza e violência e isso constitui vários exemplos no Brasil e no mundo que esclarecem muito isso. Eu acho que os dados mais impressionantes são os de que a violência se constrói, como essa discussão do assassinato do índio Galdino em Brasília cometido por três jovens de classe média alta, filhos de juizes, pessoas ligadas ao campo jurídico. A partir desse momento, foi interessante porque a própria resposta deles foi muito esclarecedora: “eu pensei que fosse um mendigo”. Então, um mendigo pode morrer. Nesse sentido, logo após, não sei se vocês acompanharam várias situações de você queimar mendigos na rua, apareceram casos no Rio, em São Paulo, na Bahia.

Essa é relação que a gente teria que fazer nas discussões sobre violência, porque aí, a gente achava, até aquele momento, que a violência só é violência da criança e do adolescente pobre e negro. Naquele momento, foi outra violência que surgiu. A gente parou para discutir violência dos que não são pobres, não são de escolas públicas, são de escolas privadas. No Ceará, temos um exemplo horrível de crianças em cadeiras de rodas por causa de brigas que ocorreram na escola. Há ocorrências de professores ameaçados em escolas privadas. Nesse sentido, a discussão da falta de oportunidade é a violência maior, essa luta por uma sociedade mais justa, eu acho que encerra de forma muito interessante essa minha fala porque amplia cada vez mais a importância do papel do policial. A gente tem que trabalhar dentro dessa complexidade, em que a gente tem que estar, de certa forma, trabalhando com uma sociedade que está se tornando cada vez mais complexa. Hoje, o policial não é mais policial só de um determinado tipo de delito, o policial hoje tem que se preparar para situações de violência contra o turista, de violência contra criança e o adolescente, violência contra a mulher. Você se depara

com a questão dos conflitos sociais. A administração dos conflitos sociais. Para mim, o policial tem que estar habilitado para trabalhar o plano da administração dos conflitos sociais. E aí nesse sentido, a gente tem que estar trabalhando por uma construção de uma sociedade mais justa. Você tem que deixar de encarar o outro como inimigo, encarar o outro como uma pessoa que é bandida, como um “elemento”. Eu digo sempre nos cursos que eu dou para a polícia: “aqui são proibidos alguns termos, alguns deles é elemento, porque essa pessoa que vocês prenderam tem nome, nem fale, porque senão você não vai passar no meu curso”. É como se a gente tivesse uma construção de uma nova cultura. Eu acho que vocês, no final desse curso, vão ter que dizer assim: “hoje nós temos uma outra linguagem, nós temos que nos deparar com uma outra realidade”. O problema da segurança é uma coisa tão séria que tem que ser discutida na sociedade como um todo, e eu não admito que o Estado transfira a responsabilidade para sociedade, mas também não admito que a sociedade se omita diante desse quadro de segurança pública.

Para finalizar, eu gostaria de usar uma frase que é de um jurista francês, o Gerard Soulier, que diz assim: “a finalidade dos Direitos do Homem não é resolver todos os problemas postos em sociedade, é impedir que eles sejam invocados sem os homens e resolvidos contra eles. Os direitos do homem são de essência política. São os meios de resistência ao poder e de intervenção na política própria a fazer obstáculos à dominação total do Estado”.